

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Instituto de Relações Internacionais

O GOZAR DA FANTASIA DO ESTADO

João Barcellos Rezende Pedro da Costa

Orientadora: Paula Orrico Sandrin

Rio de Janeiro

2021.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Instituto de Relações Internacionais

O GOZAR DA FANTASIA DO ESTADO

João Barcellos Rezende Pedro da Costa

Orientadora: Paula Orrico Sandrin

Artigo apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Rio de Janeiro

2021.1

2

RESUMO

O presente artigo analisa a persistência da categoria de Estado Nação como forma central de identificação e organização política. Incorporando literatura da psicanálise e filósofos correlatos, conceitos de R.I. serão revisitados considerando as ideias de fantasia e gozo como instrutivas a novas perspectivas. Aliada à leitura transdisciplinar, a metodologia deste artigo revisará literatura recente das R.I. e da teoria política que também fazem o mesmo movimento de incorporação de conceitos psicanalíticos, especialmente a fantasia de congruência segundo Mandelbaum e as noções de gozar a nação de Stavrakakis. A presente análise tentará se mostrar verossímil pelo uso de exemplos que induzam o leitor a identificar estruturas discursivas e suas ocorrências cotidianas.

Palavras-chave: Estado, Nação, fantasia, congruência, gozo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	IMAGENS RELEVANTES DA FANTASIA	7
3	DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO	15
4	JOUISSANCE — GOZANDO A NAÇÃO	22
5	CONCLUSÃO.....	25
6	REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

Mandelbaum, em seu livro "The Nation/State Fantasy" fornece perspectiva fresca acerca do binômio Estado-Nação, clamando atenção às nuances conceituais que raramente são explícitas na prática ou que, considerando autores não apenas das Relações Internacionais, se mostram implausíveis devido a fatores pouco investigados. Explica que apenas a partir da difusão do nacionalismo ou a concomitantemente popularização da noção de comunidades nacionais homogêneas tornou-se possível pensar na comunidade mundial (BARTELSON 2009 *apud* MANDELBAUM 2020 p. 1). O autor explora a congruência entre Estado e Nação no sentido de que um tem, supostamente, a mesma *medida* ou é alinhado ao outro em relação coincidente, de forma que a disparidade entre E. e N. é entendida como sintoma de algo a ser tratado. O surgimento deste binômio, segundo o entendimento canônico dos textos clássicos das Relações Internacionais, no berço da modernidade, estabeleceu uma tradição explícita do internacional e de seus conceitos fundadores, de forma a se tornar uma espécie de indicador de progresso, uma condição necessária à própria modernidade, e seus significados ficaram associados entre si de forma a ocorrência de um (Estado-nação ou modernidade) implicar na coincidência do outro. Nesse sentido, a modernidade passou a implicar na existência de um Estado moderno o que, por sua vez, implicava que este Estado coincidissem com uma nação e portanto se modernizasse. Assumiu-se do Estado-nação a congruência sedimentando a relação entre este ideal e o momento histórico de forma a torná-los "indivisíveis entre si e a minar a possibilidade de formular-se modos alternativos de organização política" (CONVERSI 2012; MANDELBAUM 2016a *apud* MANDELBAUM 2020 p. 1).

Nas ciências sociais, entende-se como nacionalismo metodológico esta "suposição onipresente de que o Estado-nação é a forma natural e necessária da sociedade moderna" (CHERNILO 2006: 5-6 *apud* MANDELBAUM 2020 p. 1) reforçando a necessidade de incorporar ideias não contagiadas pelo costume disciplinar em que à este conceito não é dada centralidade na análise. Cita que o E-N congruente é tanto o objetivo final quanto o precursor das democracias liberais, da paz e da modernização e é, discursivamente, parte constitutiva dos estudos de segurança (MANDELBAUM p. 2). Então aponta que o ideal de congruência se refere às relações discursivas entre população, autoridade, espaço e às inúmeras práticas que tentam fazer sentido delas, mesmo sempre falhando e que pressupunham este binômio como indivisível ou indiferenciável (STAVRAKAKIS, 2007, p. 189-210 *apud* MANDELBAUM 2020 p. 2).

A abordagem de Mandelbaum tem seu foco em tentar entender a persistência do nacionalismo (p. 4), sendo para isso necessário separar os valores e significados atribuídos ao ideal de homogeneidade nacional que os tornaram equiparados entre si. Igualmente importante, é

objetivo do livro a melhor compreensão da pungência do nacionalismo, do apelo afetivo deste ideal de congruência e de como este tornou-se ortodoxo na prática e no pensamento político moderno. Para tanto, Mandelbaum utiliza análises discursivas e psicanálise Lacaniana para abordar o tema da congruência entre E. e N. como fantasia ou projeto fantasmagórico, esforço interminável de superar a contingência, falta ou vazio da vida social por oferecer uma plenitude por vir. Sugere que:

o que sugiro neste livro é que o ideal de unicidade do Estado-nação não emerge apenas de imaginários sociais/discursivos que homogeneizam um certo espaço e um certo tempo, ou seja consertam e homogeneizam a população, mas precisamente como o ideal de congruência nacional *falha constantemente* em efetuar um íntegro e fixo sujeito nacional, conseqüentemente, como o ideal do Estado-nação é constantemente evocado e *reproduzido*¹ (MANDELBAUM, 2020 p. 5)²

E apresentando características do binômio Estado-nação, afirma que "a ortodoxia do pensamento político (internacional) moderno frequentemente lê o Estado-nação e o nacionalismo através do binômio [unificado] Estado-nação, argumentando portanto que a modernidade é caracterizada pela fusão da soberania estatal com a popular." (MANDELBAUM, 2020 p. 7). O autor então segue para revisar a problemática do Estado-nação onde mostra que as mais significativas contribuições ao tema se restringem a fatores como a organização institucional do Estado, o território ou causas e conseqüências da fusão, tal qual a entre E. e N., de soberania popular com a soberania estatal, indicando que há muito não é questionada a relação ou verificada a congruência entre E. e N.

Somente adentrando em análise da congruência como estabelecida, o autor pode começar a propor as ferramentas conceituais que enfim trazem nova perspectiva. O nacionalismo metodológico, i.e. a equiparação entre E. e N. percebida pelo seu uso intercambiável nas ciências sociais, teve como conseqüência a produção discursiva da categoria sociedades como "sociedades nacionalmente vinculadas tomadas como entidades naturalmente dadas ao estudo" (WIMMER & SCHILLER, 2002, p. 304 *apud* MANDELBAUM 2020 p. 12). Aponta que "na teoria de Relações Internacionais a fantasia da congruência é produzida através da distinção entre a esfera internacional, construída como anárquica, e a estrutura política interna" (MANDELBAUM 2020 p. 13) onde o conceito de fantasia apropriado de Lacan começa a ser mobilizado. Voltarei para conceituar este termo logo mais.

¹ Todas as citações foram traduzidas por mim; aqui no original o autor escreve *rekindled* que carrega o significado literal de alimentar chama, como que novamente introduzindo lenha a ser queimada. Reproduzir carrega outros significados no português mas a ideia central se mantém.

² No original: "what I suggest in this book is that the ideal of nation/ state unity does not merely emerge out of discursive/social imaginaries that come to hegemonise a certain space at a certain time, namely to fix or homogenise population, but precisely how the ideal of national congruency *constantly fails* to achieve a whole and fixed national subject, and thus, consequently, how the ideal of the nation/state is evoked and rekindled continuously." (MANDELBAUM, 2020, p. 5)

A visão de Mandelbaum sobre a fantasia do Estado-nação apenas começa a elucidar a problemática do nacionalismo. Ancorar este fenômeno em motivações humanas é um esforço transdisciplinar cujas consequências envolvem familiarizar a política com paixões, afeto e a psicologia humana. De forma geral, nas ciências sociais não existem muitos fatores racionais que expliquem, por exemplo, um nacionalista fanático ou outras possíveis instâncias onde pessoas parecem ser movidas por paixões viscerais. Neste artigo, tentarei mostrar que o nacionalismo é algo de que se goza, aproveitando-se de suas implicações seja de forma a causar euforia fanática ou a abater a possibilidade de identificação e inibir a sensação de pertencimento.

Em sua discussão sobre a figura freudiana de Moisés, Eric Santner apresenta a distinção-chave entre história simbólica (o conjunto de narrativas míticas explícitas e prescrições ético-ideológicas que constitui a tradição de uma comunidade – o que Hegel chamou de "substância ética") e seu Outro obscuro, a história secreta irreconhecível, "espectral", fantasmagórica, que sustenta efetivamente a tradição simbólica explícita, mas que, para ser operante, tem de permanecer forcluída³ (ŽIŽEK, 2015, p. 11)

Transpondo esta distinção à questão da relação entre E. e N., a história simbólica deste binômio é equiparável ao entendimento canônico de como este surgiu, enquanto seu Outro obscuro (que neste caso não é completamente forcluído, nem dá conta de efetivamente sustentar a tradição simbólica) talvez possa ser entendido como a sustentação do nacionalismo, ou esse em si. Qual significado se adequa precisamente a esta distinção escapa ao propósito desse texto, o que aqui é relevante é a estrutura desta distinção – a oposição entre um Outro obscuro e uma história simbólica explícita, onde o primeiro fundamenta o segundo e não é nitidamente identificado. Essa estrutura se repetirá com outros termos, como veremos adiante, e, sendo reconhecida, implica na verossimilhança desta estrutura para o entendimento de questões teóricas das Relações Internacionais. Se o nacionalismo é capaz de se sustentar, ocorre nele uma estrutura que tanto o permite. Nela, encontram-se partes distintas, às vezes contraditórias, que são organizadas por distinções como essa e do seu âmago interpretações informadas pela teoria psicanalítica serão traçadas. Dela, é especialmente relevante o conceito de *jouissance* (traduzido para o português como gozo) e de fantasia. As teorias incorporadas constroem a noção de gozar a partir da fantasia, de forma que este repetidamente é fator explicativo a como interagimos com a fantasia e partes da sua estrutura. Ao apreender o significado básico da fantasia passa-se a identificar suas ocorrências, seja na teoria quanto em práticas discursivas e a adição deste termo encaixa ao vocabulário sem causar muitos distúrbios. O gozo, por sua vez, surpreende não apenas por sua conotação vulgar; usar este conceito implica em redirecionar o foco das explicações e reformular o vocabulário explicativo na política. Darei atenção final ao gozo, e não à fantasia, pela possibilidade própria a

³ Ver Eric Santner, "Traumatic Revelations: Freud's Moses and the Origins of Anti-Semitism", em Renata Salecl (org.), *Sexuation* (Durham, Duke University Press, 2000)

este conceito de figurar papel relevante em explicações, como tentarei mostrar por explicar a perseverança e pungência do nacionalismo como forma de interação com os ideais do Estado.

Tomando, de início, o livro "Nation/State Fantasy: A Psychoanalytical Genealogy of Nationalism" de Moran Mandelbaum (às vezes abreviado M. M.) como fio condutor, visitarei seções relevantes de seu texto aqui, afim de iniciar minhas reflexões a partir da noção de congruência entre Estados e suas Nações. Para isso, antes que qualquer relação entre os termos do binômio possa ser esboçada, é necessário tornar evidentes características dos termos; o autor traça uma genealogia de ambos os conceitos afim de demonstrar que o entendimento canônico de como foi a conjunção entre Estado e Nação como entidades de mesma medida em grande parte não dá a mesma medida de atenção à Nação, ofuscando aspectos relevantes ao entendimento do fenômeno nacionalista assim como do nacionalismo metodológico.

Serão de maior importância as consequências das reflexões ao que se entende como Nação mas, sendo este, hoje, um conceito indissociável do de Estado torna-se difícil falar de um sem mencionar o outro. É, portanto, necessário comentar aspectos relevantes do Estado, que é melhor delimitado, para posteriormente concluir a argumentação sobre o nacionalismo. O cerne da discussão deste primeiro livro citado é a relação entre E. e N., especificamente o quão semelhantes estes são entre si ou em qual medida estes coincidem. O autor usa a noção de congruência como indicativa do ideal de semelhança entre estas entidades. Congruência, no texto fonte, não é um conceito a qual foi dada muita explicação; também aqui este será o caso, com exceção do seguinte: congruência não é para ser confundido com conformidade, adequação, conveniência, coerência ou harmonia entre partes. Estas ideias não escapam completamente da discussão, mas com congruência deve-se entender que ambas as partes compartilham a mesma medida; que ambas as partes são sobreponíveis. Coincidência é uma noção próxima, mas não é a imagem necessária a este raciocínio (ainda); uma coisa pode coincidir sobre outra e não compartilhar a mesma medida, basta que uma exceda a outra. A noção fundamental a este início é então que congruência envolve coincidência e não o contrário, sendo objeto principal deste texto a congruência.

IMAGENS RELEVANTES DA FANTASIA

Antes que seja viável tratar da nação como um fenômeno abrangente que afeta possivelmente todas as populações no mundo, é necessário investigar o conceito de Estado e como ocorreu sua construção. Para tanto, recuperar as distinções constitutivas destes conceitos, o que torna o E. diferente da N. ou o motivo pelo qual estas coisas respondem por nomes diferentes, é de suma importância ao entendimento de um fenômeno como o nacionalismo que evoca a nação mas não deixa de estar relacionado ao estado. Seguindo o raciocínio de "Nation/State Fantasy" para destrinchar as nuances do surgimento do Estado o autor analisa o panorama do início da modernidade utilizando o conceito de Estado como prisma conceitual, um espaço discursivo⁴, através do qual investigará os meios pelos quais vários sujeitos e objetos, modelos e símbolos, são construídos e posicionados vis-à-vis um ao outro e em relação à ideia do estado (MANDELBAUM, 2020, p. 68).

A investigação de um conceito qualquer pela noção de que este é um espaço discursivo envolve a análise do que foi dito, de como foi dito, de quando foi dito e do que foi dito em resposta. Desta forma, a abordagem pelo discurso endereça a questão do *como* pois não pressupõe que determinados sujeitos já assumiram seus lugares (DOTY, 1993, p. 302), em detrimento de análises teleológicas, no sentido de averiguar ou determinar qual foram as mudanças ocorridas ao conceito que o tornaram como este é hoje. Este método leva em consideração a consequência de terem praticado determinados discursos e sucessivamente outros discursos correlatos terem se somado formando um conceito robusto com simbologia própria. "Um discurso fornece *espaços discursivos*, i.e., conceitos, categorias, metáforas, modelos e analogias por onde significados são criados." (DOTY, 1993, p. 302)

Por exemplo, um discurso tradicional sobre a família conteria espaços para um sujeito com traços convencionalmente definidos como "masculino" e outro para um sujeito com traços convencionalmente definidos como "feminino". Esses sujeitos seriam posicionados um em relação ao outro de determinada maneira, por exemplo, mulheres subservientes a homens. No discurso tradicional sobre a família, é impossível pensar fora dessas categorias, exceto em termos de desvio ou anormalidade. Nesse discurso, não há espaço discursivo para mães solteiras por escolha ou o casais homossexuais com filhos, exceto como rupturas com a família "normal" ou como desviantes. Os sujeitos, então, podem ser pensados como posições dentro de discursos particulares, inteligíveis apenas com referência a um conjunto específico de categorias, conceitos e práticas. (DOTY, 1993, 303)

Nessa linha, a análise das práticas discursivas que formam o conceito de estado investigará as implicações simbólicas das diferentes formas de entender este conceito. As diferentes formas são agrupamentos de exemplos similares de articulação da mesma ideia, nexos entre versões de teorizações do E. levemente diferentes. Nestes nexos, Mandelbaum encontra articulações

⁴ DOTY, 1993 apud MANDELBAUM, 2020, p. 68

agrupáveis entre (1) as refutações à relação entre o príncipe/soberano, que fornecem teoria para além de Maquiavel, (2) os discursos que constroem a noção de que o E. e o *povo* governam a terra, homogeneizando a autoridade, (3) as práticas discursivas que imaginam a finalidade do E., seu sentido teleológico, onde surgem objetivos realizáveis pela implementação do E. (noções como bem-comum, sociedade civil, leis e segurança) e (4) práticas representativas que constituem a relação entre múltiplos significantes dentro o espaço discursivo do E. como co-constitutivas (MANDELBAUM, 2020, p. 70). É somente após terem sido explicitadas estas práticas discursivas que o autor começa a explicação do E. como análogo à noção de Lacan do "Significante Mestre" (FINK 1999 *apud* MANDELBAUM) ou do que Laclau (1996 *apud* MANDELBAUM, 2020, p. 68) considera o "significante vazio" e de que este conceito do Estado está em estado esvaziado [*in a state of void*] pois não há nada de essencial nesta ideia que possa ser fixo ou que possa preencher este conceito. Apenas a partir deste espaço vazio, o autor argumenta, pode emergir a fantasia da congruência (MANDELBAUM, 2020, p. 68) que estabeleceria a condição final, o caminho pelo qual se preencheria o vazio interno, a utopia orgásmica onde se alcança a coincidência perfeita entre o Estado e sua Nação.

Aponto de antemão fatores relevantes da noção de fantasia que serão exemplificados na recuperação desses nexos discursivos.

A noção padrão do meio pelo qual funciona a fantasia dentro de ideologias é a de um cenário fictício (fantasioso) que ofusca o real horror de uma situação: invés de uma renderização completa dos antagonismos que atravessam nossa sociedade, saciamo-nos na noção da sociedade como um Todo orgânico, mantido unido pelas forças da solidariedade e cooperação... Aqui também, entretanto, é muito mais produtivo procurar por esta noção de fantasia onde ninguém esperaria encontrá-la: nas situações marginais e, de novo, aparentemente puramente utilitaristas. (ŽIŽEK, 1997, p. 5)

Slavoj Žižek continua, em "A Praga das Fantasias", a evidenciar características fundamentais da noção psicanalítica de fantasia em relação a questões mais amplas que o atendimento clínico individual. Lembra das instruções de segurança que antecedem a decolagem de um avião comercial, não seriam estas sustentadas pelo cenário fantasmagórico de como seria um acidente de avião? Após pouso gentil na água (miraculosamente, sempre acontece na água!), cada um dos passageiros veste colete salva-vidas, desce um tobogã e nada, como em uma linda experiência coletiva de férias na água. Entretanto, continua, a noção psicanalítica de fantasia não pode ser reduzida a de um cenário fantasioso ou fantasmagórico que ofusca o real horror de uma situação; a fantasia encobre esse horror e ao mesmo tempo a fantasia cria aquilo que se propõe a cobrir (ŽIŽEK, 1997, p. 6). Sumariamente, outras características da fantasia são o que segue:

[1] *Fantasia como esquema*: A fantasia não simplesmente encena um desejo de forma alucinatória, a fantasia constitui o desejo, nos ensina como desejar. A fantasia fornece um esquema

no qual alguns objetos da realidade podem funcionar como objetos de desejo. Žižek simplifica: Fantasia não quer dizer que quando eu desejo uma torta de morango e não posso obtê-la de fato, eu fantasio sobre comê-la; a fantasia é o que me informa que eu desejo uma torta de morango (p. 7);

[2] *Intersubjetividade*: Uma criança pequena é inserida em uma complexa rede de relacionamentos, ela serve como catalisador e terreno de batalha para os desejos daqueles a sua volta: seu pai, mãe, irmãos e irmãs, e assim em diante, travam batalhas ao seu redor; uma mãe mandando mensagens a um pai através do cuidado à criança. Por mais que a criança esteja ciente do seu próprio papel, a criança mal pode imaginar que objeto ela é aos outros, o que exatamente são esses jogos nos quais a criança é uma peça e o tabuleiro é dos pais. A fantasia fundamental é o esquema narrativo que responde a esta pergunta existencial, a minha fantasia conta a mim o que eu sou para os outros. (ŽIŽEK, 1997, p. 9);

[3] *Oclusão narrativa do antagonismo*: A forma primordial das narrativas são as fantasias, que servem para ocultar algum impasse original. O objetivo final do tratamento psicanalítico não é que o analisado organize sua confusa experiência de vida em uma narrativa coerente, com todos os traumas devidamente encaixados, e assim por diante. A tese de Lacan, respondendo à pergunta do por que nós contamos histórias, é que as narrativas emergem para resolver algum antagonismo fundamental ao rearrumar seus elementos internos em uma ordem cronológica coerente (p. 11). Enquanto uma fantasia oculta algum impasse original, este é parte fundamental da narrativa, a relação intersubjetiva entre os personagens dessa história é esquematizada tendo como base a resolução deste impasse inicial contida na fantasia. Para Lacan, fantasias funcionam como um mecanismo de proteção que nos impedem de sermos tomados por ansiedades (EBERLE, 2017, p. 3) sendo essencial ao conceito a noção de oclusão;

[4] *Após a ruína*: Como visto, fantasias assumem a forma de narrativas enquanto nem todas as narrativas tem as características das fantasias. Žižek chama de Queda (*Fall*) o que estou chamando de ruína que é o aspecto das narrativas fantasmagóricas⁵ (*phantasmatic narratives*) ligado a noção da perda primordial e da castração. Aponta exemplos de narrativas que emergiram a partir de tentativas de fazer "determinações regressivas" (ŽIŽEK, 1997, p. 18) como "a procura

⁵ Ocorre, na literatura sobre o tema diversas questões de tradução, desde o alemão de Freud ao francês de Lacan, que vez por outra ainda passam pelo inglês antes de serem traduzidas ao português. O conceito de Freud que inspirou a *fantasia* de Lacan, em alemão leva o nome de *Geist* e é também adaptação de conceito anterior, neste caso *Geist* para Hegel que é consensualmente traduzido como Espírito. No caso do conceito de gozo, *jouissance*, outras perdas acontecem na tradução: seu equivalente em inglês e alemão são palavras que não tem conotação sexual da mesma forma explícita e frequentemente não são traduzidas, enquanto o duplo-sentido do francês tem par na conotação portuguesa. Escolhi este termo pois no português tanto fantasmático quanto fantasmagórico não são palavras definidas em relação à fantasia, mas à fantasma e fantasmagoria, o último significando a arte de representar figuras com a sombra através de gestos das mãos, significado que se adequa bem ao contexto.

interminável pelo ponto fantasmagórico no qual a história alemã *fez a curva errada* que os levou ao Nazismo" (p. 17-18), a busca de M. Foucault "pelo momento quando emergiu a ordem da sexualidade ocidental" (p. 18) e, como exemplo central, a discussão teológica do momento quando Adão e Eva deixam os jardins do Éden e caem à terra. Nesse aspecto da fantasia se articula a perda primordial e a ideia de castração. O paraíso, nesta concepção, sempre é algo que já foi perdido; símbolo para algo que nunca tivemos e que nunca nos foi permitido. Uma narrativa que situe o presente, ou que o descreva, como desprovido das características do paraíso (sem nele aquilo que desejamos), aponta no passado o momento da ruína mesmo que esta nunca tenha acontecido ou que seja impossível apontar a este momento exato. De qualquer forma, temos aqui em operação a castração simbólica: esta "não consiste em impedir que ele [sujeito retórico imaginário] tenha alguma dessas experiências, mas adiciona a este conjunto uma [experiência] puramente potencial, a respeito da qual todas as outras experiências acessíveis de repente parecem deficitárias, não plenamente satisfatórias" (ŽIŽEK, 1997, p. 19) como se algo faltasse;

[5] *O olhar impossível*: Acontece o aspecto temporal da narrativa fantasmagórica ao que esta narra um evento situando nele um sujeito que ainda não existia no momento narrado, realizando uma volta temporal ("*temporal loop*", p. 21). Esse aspecto da narrativa fantasmagórica evidencia a oclusão bem sucedida da própria fantasia. A narrativa fantasmagórica se baseia em perspectivas atuais, de sujeitos atuais, a situações anteriores a existência desses sujeitos, elaborando a interpelação: *você não estava lá pra saber*. No ato de reflexão constrói-se uma narrativa que considera uma situação do passado (olhando a ele) a partir do lugar presente como se houvesse linha de vista, como se fosse possível estabelecer contato visual com o passado. Nesta narração, o sujeito falsamente se exime de participação, assume o ponto de vista de um observador inocente e novamente oculta antagonismos com as outras partes do evento narrado. Nos casos exemplificados, Žižek aponta aos fatores de neutralização política (p. 23) onde a adoção de determinadas narrativas previne ou inibe a percepção das disputas políticas envolvidas na situação. Escreve sobre a visita do então presidente da França François Mitterrand a Sarajevo em 1992 que levou a reformulação da narrativa da guerra (p. 22)⁶ a partir de um olhar impossível, de uma perspectiva supostamente

⁶ Segundo documentos sobre a atuação do general britânico Michael Rose ex-comandante da Força de Proteção das Nações Unidas (1992-1995) seu time de agentes especiais (SAS) tinha a tarefa secreta de culpar os croatas e especialmente os muçulmanos. Criavam distrações a atenção na Sérvia e ajudavam o conflito a se assemelhar a uma 'guerra tribal', onde todas as partes seriam igualmente culpadas e preparavam a percepção da guerra para a pacificação internacional. Antes da visita do então presidente da França, entedia-se o conflito como uma agressão à Bósnia por parte da antiga Iugoslávia, após sua exibição de compaixão com o sofrimento da população de Sarajevo o tom mudou para o aspecto humanitário. A noção de uma guerra tribal selvagem que só pode ser aliviada com auxílio às vítimas silencia a demora em ajudar, a opção por não ajudar... ações que necessariamente beneficiam um lado do conflito. Mitterrand falsamente ignora sua própria participação (de inação) no conflito.

inocente e imparcial. Também discerne operante esta linha de vista impossível na abundância de reportagens que ignoram fatores políticos históricos, identificando aspectos fantasmagóricos neutralizadores nas narrativas midiáticas sobre a Madre Teresa de Calcutá. (p. 24)⁷;

[6] *Inerente transgressão*: "Para permanecer operante, a fantasia precisa se manter 'implícita', precisa manter distância perante a textura simbólica explícita que sustenta e funcionar como sua transgressão inerente" (ŽIŽEK, 1997, p. 24) Esse aspecto da fantasia se refere a extrapolações comuns, desenvolvimentos frequentemente imaginados após enunciações de outros que consistam na transgressão inerente àquilo que foi dito. A noção de distância em relação à realidade continua presente nesse aspecto porém, em contraste com a oclusão, aponto que na transgressão o sujeito é ciente daquilo que está implícito. Invés da fantasia se ocultar, no aspecto da transgressão inerente, aquilo que a fantasia oculta é o que garante o funcionamento da mesma. Žižek ilustra a lacuna entre a textura explícita e seu apoio fantasmagórico, espaço onde pode figurar a transgressão inerente à fantasia, com exemplos do cinema. Cita a identificação de soldados com o militarismo como retratada no filme M.A.S.H (1970) e a compara com A Força do Destino (1982) e Nascido para Matar (1987) a partir de onde sumariza: a distância na identificação ao aparato ideológico militar longe de sinalizar as limitações do mesmo, funciona como condição de possibilidade positiva deste (ŽIŽEK, 1997, p. 27). O exemplo crucial ao entendimento do meio pelo qual a imaginação da transgressão funciona como suporte à fantasia, neste caso expressa por ideologias, é ainda no militarismo. "Quando a administração Clinton resolveu o impasse de gays no exército estadunidense com o compromisso "*Don't ask, don't tell*" [não pergunte, não conte]" esta solução explicitamente elevou a hipocrisia à condição de princípio social, apoiando a reação homofóbica à homossexualidade, se fingirmos que não existem gays no exército é como se de fato eles não existissem. Ainda sim, deve-se perguntar ingenuamente: Por que a comunidade do exército resiste tão fortemente a aceitação de gays no seu contingente? Não é, segundo o autor, porque a homossexualidade ameaça a economia libidinal alegada "fálica e patriarcal" da comunidade militar, é porque a economia libidinal da comunidade militar em si depende da oposição/desaprovação da homossexualidade como um componente central da camaradagem masculina entre soldados (ŽIŽEK, 1997, p. 31). Estão todos cientes do que está implícito (existem gays no exército) e do explícito (camaradagem entre soldados) enquanto a transgressão inerente a esta camaradagem,

⁷ As reportagens sobre a Madre Teresa de Calcutá dependem do pano de fundo do Terceiro Mundo; inferno na terra, decadência, desigualdade, pobreza, corrupção... Dentro deste cenário chega Madre Teresa como um raio de esperança com a mensagem de que a pobreza deve ser aceita como redenção, repetição do caminho de Cristo e a Cruz e que os pobres devem ter dignidade e fé procurando salvação no sofrimento. Tendo benefício duplo: Madre Teresa inibe a indagação às causas da pobreza e oferece aos ricos do Ocidente uma espécie de redenção-substituta no financiamento das instituições de caridade relacionadas.

imaginem, é talvez o excesso dela (dois soldados de tanto camaradas tornam-se parceiros românticos) e é essa imaginação que sustenta a narrativa explícita de que não se pode tolerar homossexualidade no exército. Não é segredo que exista homossexualidade no exército e que essa homossexualidade não ameace de fato a existência do exército, mas a narrativa de que esta é uma ameaça e da sua repressão garante, na ideologia militar, a desinibição da camaradagem e o fomento da mesma em novos e velhos recrutas. "A eficiência dessas narrativas depende do mecanismo de auto-censura" (p. 34) daquele que narra e da transgressão inerente ao narrado;

[7] *Gesto vazio*:

Imaginemos a seguinte situação: quando, depois de competir duramente com meu mais próximo amigo por uma promoção, eu ganho, o apropriado a se fazer é oferecer para se retirar da competição, para que meu amigo a ganhe, e o apropriado a ele fazer é rejeitar minha oferta – dessa forma talvez nossa amizade possa ser salva... O que temos aqui é troca simbólica em sua forma mais pura: um gesto feito para ser rejeitado; o ponto, a *mágica* da troca simbólica é que, mesmo o final sendo um retorno ao início, o resultado total da operação não é zero, mas um distinto ganho a ambas as partes, o pacto da solidariedade. (ŽIŽEK, 1997, p. 37)

Este aspecto da fantasia se refere as regras implícitas, não escritas, que sustentam a ordem simbólica. Como desenvolvido ainda pelo mesmo autor, se no caso desta situação imaginária o amigo resolvesse aceitar a proposta e tomar a promoção conquistada pelo outro a ordem simbólica seria perturbada e provavelmente se dissolveria a amizade. Sem a negação ao gesto vazio o sistema simbólico não se sustenta, a opção de dissolver uma amizade é o que garante o caráter genuíno das amizades sobreviventes dentro do entendimento simbólico do que são essas relações; a fantasia é o que nos permite saber dessas regras implícitas nas quais se apoia a ordem simbólica. "Fantasia designa precisamente esse quadro implícito que nos informa como devemos entender a letra da Lei" (ŽIŽEK, 1997, p. 38);

[8] *O eterno retorno do mesmo*: Esta noção envolve a resposta de Lacan à Freud sobre a ideia de pulsão (*drive*). O eterno retorno do mesmo representa o momento no qual um sujeito atravessa a fantasia (ŽIŽEK, 1997, p. 41). De acordo com o entendimento popular, fantasia representa tanto o momento de resolução quanto a tela que impede o sujeito da total abertura a o que é o Outro em sua essência, o desejo do Outro e o enigma que este representa. A própria fantasia enquanto preenche o vazio representado por não sabermos do desejo do Outro, sustenta a (falsa) abertura – a noção de que existe uma alteridade radical, algum segredo que o Outro nos esconde que torna nosso universo incompleto (ŽIŽEK, 1997, p. 41). A lição política latente envolve o que fazer perante a fantasia e orienta possíveis conclusões a partir dela. Entender que não existe qualquer possibilidade a uma resposta definitiva ao enigma do Outro, algo secreto que me é oculto e ainda inalcançável, significa renunciar a crença na alteridade messiânica e entender que o

atravessamento da fantasia não significa se deparar com a essência do Outro e sim que esta não existe, rejeitando algo apresentado como uma resolução ontológica radical. O propósito desse aspecto do conceito de fantasia tirado de Lacan então é se opor a ideia de que é possível resolver radicalmente as pulsões eternas em favor da abertura envolvida em perceber que isto é impossível. O sujeito que deseja, ponto de referência na discussão de Lacan, tem fim, muda com o tempo e não deve se perder na procura de resposta inexistente pela raiz de seu próprio desejo. (ŽIŽEK, 1997, p. 41).

Nesta última seção, Žižek aborda brevemente a relação entre os desenvolvimentos de Lacan a sua teoria e as discussões filosóficas nas quais se inserem estes conceitos. Principalmente relevante é o diálogo com as teorias de Heidegger sobre verdade, mas a maioria destes aspectos diz respeito a mudanças nas discussões clínicas que não cabem ao propósito deste texto. Diferentemente, nesta seção também estão sintetizadas relações importantes entre interpretação, construção e o sujeito enunciativo que devem ao menos ser mencionadas. Aqui o jargão psicanalítico se confunde com noções filosóficas. não à despeito da aplicabilidade na análise do nacionalismo, mas fornecendo ainda mais ferramentas para tal.

O funcionamento da psicanálise por definição depende do analisado estar sempre errado ao contrário da noção de que o analista está sempre certo e por isso se efetua a terapia. (p. 47) Um paciente que rejeita uma construção dialética devolvida pelo analista não deixa de, pela rejeição, confirmar que o analista tocou em algum calo emocional traumático que leva à reação de resistência mas, atente, não é isto que torna efetivo o tratamento: independente da aceitação ou rejeição de uma proposição do analista, é no encaixe que o analisado faz entre o dito e o que sente sobre isso que a análise se efetua, na mera ponderação de uma possibilidade antes não considerada na qual o analisado enxerga algum fundo de verdade.

Para apreender este ponto, deve-se focar na distinção crucial entre construção e sua contraparte, interpretação - essa dupla é correlativa a de conhecimento/verdade. Isso é dizer: uma interpretação é um gesto sempre envolvido na dialética intersubjetiva de reconhecimento entre o analisado e o intérprete-analista; esta mira em trazer à tona o efeito da verdade relativa a uma formação particular do inconsciente (um sonho, um sintoma, um ato-falho...) (ŽIŽEK, 1997, p. 48)

Os teóricos e suas teorias vistos na sequência dessa análise tentarão ser entendidos ou tentarão ser encaixados nestas posições estruturais da psicanálise. Especificamente será atendida a posição de analisado, intérprete-analista, construção (como as proposições do intérprete-analista) e interpretação (como o quê do analisado que possibilita ou gera uma construção). As categorias de conhecimento e verdade não terão, em princípio, tanta atenção pois envolvem juízos que distanciarão a análise de seu foco. Estas imagens a partir de analogias devem ser tidas como

aproximações ou imaginações e cabe ao leitor achar ou não algum fundo de verdade que traga efeito a análise.

Em nítido contraste com a interpretação, uma construção (típica aquela de uma fantasia fundamental) tem o condição de um conhecimento que nunca pode ser subjetivado⁸ - isso é, este nunca pode ser assumido pelo sujeito como a verdade sobre si mesmo, a verdade na qual ele reconhece a mais interna essência do seu ser. (ŽIŽEK, 1997, p. 48)

As construções que elaboram a fantasia de congruência entre Estado e Nação não são conhecimentos que podem ser prontamente assimilados como verdade em seu caráter absoluto e, assim como na psicanálise o efeito desta presente análise reside no vislumbre de um fundo verdadeiro. Ao mesmo tempo, é condição de possibilidade para a construção (mesmo que inconsciente) da fantasia da congruência uma série de interpretações sobre o estado das categorias que os teóricos anteriores utilizaram em seus argumentos (e.g., o povo, as regras, o soberano, os objetivos, a representação). As teorias de E., assim como as da N. e as do Estado-Nação envolvem obviamente interpretações e construções, mas distinguir uma da outra é uma tarefa um tanto menos óbvia no contexto das RI quanto no da psicanálise, onde estes fatores são enunciados por definição em situações diferentes e pertencem a posições específicas cuja equivalência não é necessariamente válida. Ainda que este seja o caso, semelhanças serão buscadas mesmo que para encontrar resistência ou rejeição.

Ou - pondo de outra maneira - interpretação está para construção assim como sintomas estão para fantasias: sintomas devem ser interpretados, fantasias fundamentais devem ser (re)construídas... [parêntesis e reticências no original] (ŽIŽEK, 1997, p. 49)

Além de alguma atenção aos possíveis encaixes de categorias das RI translacionadas às estruturas da psicanálise é relevante considerar minimamente a relação do sujeito que enuncia com o objeto da enunciação. Ou seja, procurar se podem ser encaixados, ou em que posições poderiam ser encaixados, estes pensadores e suas ideias em relação ao que enunciam. Também, serão levantadas questões de se estes interpretam ou constroem respectivamente sintomas ou fantasias e os conceitos e categorias que ilustram estas explicações.

⁸ Nota de Tradução: isto ou "condição de conhecimento insubjetivável" no original "*has the status of a knowledge which can never be subjectivized*" (ŽIŽEK, 1997, p. 48)

DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO

Avançando enfim à análise do Estado e das práticas discursivas que o formaram, tentarei mostrar que este ser um significante vazio é condição de possibilidade para suas diferentes teorizações. Como significantes vazios, são conceitos particulares coerentes com "função de representação universal", "indefinidamente abertos" (LACLAU, 1996, p. 57-58 *apud* MANDELBAUM, 2020, p. 68) a novas particularidades remetendo a mesma universalidade da representação e da abertura a novos preenchimentos. "O Estado representa um ideal de existência político-social, nominalmente o bem-comum [*common-good*], que então legitima uma variedade [*multitude*] de práticas almejando modelar ainda mais o que o Estado deve ser" (MANDELBAUM, 2020, p. 91). É relevante notar o seguinte: ainda que os exemplos que trarei a seguir sejam sobre o estabelecimento do Estado muito antes da situação atual desta ideia, a noção de significante vazio implica na impossibilidade deste conceito ser de fato *preenchido* por um significado total e, portanto, implica também na manutenção desta ideia como desprovida de essência determinável. "Em outras palavras, já que o estado não pode nunca 'realmente' fechar a lacuna entre o 'estado' como significante e 'estado' como significado, os atributos e objetivos do estado estão sempre em demanda e justificações para atingi-los podem sempre serem reinventadas e rearticuladas" (MANDELBAUM, 2020, p. 91).

Dentre os escritos que Moran Mandelbaum entende o nexos como na problematização da relação entre pessoas e seus governantes emerge o tema de que o "estado envolve como consequência uma relação de dependência mútua entre sujeitos e regras. [*between subjects and rule*]" (MANDELBAUM, 2020, p. 71). Em revisão ou rejeição d'O Príncipe de Maquiavel alguns de seus contemporâneos entendem como problema central os meios pelos quais um Estado governa a si mesmo. Exploram esse problema focando na justiça entre o governante e o povo em contraste nítido com a permissividade dada por Maquiavel aos príncipes em que julga honrosa qualquer forma de ação. Entre teorizações diferentes menos prestigiadas, formula-se como condição de possibilidade para o Estado uma correspondência entre as virtudes dos governantes e as regras ao povo, precisam de medidas equivalentes para garantir justiça. "A preservação de um Estado depende da paz e tranquilidade de seus súditos" (BOTERO, 1956 [1589], s. 8 *apud* MANDELBAUM, 2020, p. 72) no sentido oposto de que não pode tudo o príncipe pois passar de certos limites levará a um estado caótico ou de guerra, descaracterizando o Estado. As regras precisam condizer com o tolerável pela população, precisam ter a mesma medida, serem congruentes. Isto como objetivo é um parâmetro averiguável, mesmo que não exatamente, pelo

vínculo entre pessoas e suas regras [*rule-people nexus*] (MANDELBAUM, 2020, p. 72) e como interpretaram esta relação nessas teorias. Na noção de *res-publica*, elaborada paralelamente, um Estado não pode existir sem uma população e o povo é tido como a fonte do poder destes. (p. 73) Nos discursos associados ao *Späthumanismus* [humanismo tardio] (e.g. Hugo Grotius, Johannes Althusius, Herman Conring) surge o ideal de uma união de pessoas que se juntam para alcançar o bem-comum e portanto a necessidade de homogeneizar as regras, a ordem e o poder através e dentro dos limites da lei (MANDELBAUM, 2020, p. 73). Então se estabelece que as pessoas constituem os Estados e estes não podem existir sem elas, precisando ser mantida congruência entre as partes.

O ideal do estado é então fantasmagórico: nele a narrativa de um governo justo do soberano com sua população é um esquema [1]⁹ do que desejar em um Estado e, até certo ponto, de como medir se esse desejo é cumprido. Essa fantasia narra a relação intersubjetiva [2] entre Estado e população, conta para um o que é ao outro em ambos sentidos. Também, deixa aberto espaço para imaginar transgressões inerentes [6] a este esquema tanto para o soberano (e.g. abuso de poder, corrupção) quanto para os cidadãos (e.g. violação de leis, separatismo) por [3] ocultar nela o antagonismo entre essas partes. A fantasia como narrativa encena o ato de instalação da lei, da intervenção do corte da castração simbólica (ŽIŽEK, 1997, p. 17), castração essa que pressupõe a perda primordial, a ruína [4] que levou as pessoas a precisarem se associar, formando Estados. Ao mesmo tempo adiciona uma experiência potencial (a congruência pura e perfeita entre o limite das regras toleráveis pelo povo e o limite aos meios pelos quais o Estado se utilizará para obter seus objetivos) que nunca será alcançada nem deixar de ser imaginada. Estes pensadores, cada um de sua maneira, regressam ao imaginar o início, ou o que o gerou, ocultando a participação deles mesmos em criar este início, contam de uma gênese que é impossível de fixar [5], como se ao olhar da própria perspectiva vislumbrariam algo invisível que transcendesse às suas próprias perspectivas. Por fim, o nexos entre as práticas discursivas que elaboram a relação da regra/soberano com as pessoas é um gesto vazio [7] no sentido de que implícito ao narrado está o caminho a romper essa relação e não se espera que trilhem nesta direção.

A partir de 1642 foram publicadas adições aos significados possíveis do que requer o Estado, especialmente a ideia de *estado de natureza* e da complexidade das vontades (MANDELBAUM, 2020, p. 74), ambas com uma série de respostas relevantes na discussão que

⁹ Os números em colchetes se referem às características anteriormente descritas: [1] Fantasia como esquema; [2] Intersubjetividade; [3] Oclusão narrativa do antagonismo; [4] Após a ruína; [5] O olhar impossível; [6] Inerente transgressão; [7] Gesto vazio.

ainda permeiam o imaginário do Estado. Diferentemente aos discursos anteriores, este pensa na união de indivíduos, unidades dotadas de mais características do que as pessoas de antes, como formadora dos Estados. Como tal, remetem a indivisibilidade de qualquer pessoa, a incomensurabilidade das diferenças entre estes e diferenciam do povo como massa amorfa para pensar em uma multidão composta por indivíduos. Quesito fundamental são as demandas, vontades individuais que não eram atribuídas as pessoas, e apontam ao número de interesses diferentes, prevendo que de tantos alguns serão conflitantes. O *estado de natureza* referido é em alguma medida como o momento antes da ruína, o lugar onde o prazer é mais prazeroso, onde os indivíduos estão em estado primordial no qual uma quantidade ainda maior de interesses são antagônicos. Apenas por intermédio do Estado, na figura do soberano, é inibido parte do antagonismo dos interesses e prevenida a guerra de todos contra todos. Ocorrem nos discursos que seguem a unificação do soberano e do povo, nexos chamados de homogeneização da autoridade, cujo tema é de Thomas Hobbes. Em suas teorias problematiza "como salvar os homens de sua mútua desconfiança e ao mesmo tempo estabelecer um sistema poderoso e efetivo de regras e governança" considerando "a insegurança de multidões sem estado tanto quanto a improvável congruência entre as vontades individuais" (MANDELBAUM, 2020, p. 75) ao mesmo tempo introduzindo sua perspectiva sobre as vontades pessoais e o objetivo final de homogeneização. Entende que o povo reside no soberano e o Estado "é o em que muitos estão unidos em um, hierarquicamente superiores a cada um dos muitos indivíduos" (MANDELBAUM, 2020, p. 75) entendendo que o soberano é o povo e estes são uma só entidade. Emerge então no discurso de Hobbes a ideia de um sistema de governança indivisível, criado pela congruência das vontades individuais.

A congruência aparece na forma de unidade em *On the Duty of Man and Citizen According to Natural Law* de 1673 por Samuel Pufendorf cujo argumento se assemelha consideravelmente ao de *De-Cive* e *Leviathan* quanto à concepção de Estado, elaborada pautando a autoridade pressupondo a coincidência do povo-soberano no autor que autoriza (TRAINOR, 2006, p. 776 apud MANDELBAUM, 2020, p. 75). Para este a "noção de unidade envolvendo o Estado só pode ser atingida pela submissão das vontades individuais em uma vontade" (p. 77) que seria a manifestação da congruência expressa no soberano. O tema da autoridade homogênea aparece também em 1758 nos trabalhos de Emmerich de Vattel, para quem isto é condição necessária "para a preservação e o sucesso do estado" (p. 78). No seu conceito o Estado é tido como "a fonte de autoridade e aquilo que legitima a autoridade" cuja denominação agrega particularidades como "'o corpo político', sociedade e 'nação'" (p. 78, aspas no original).

Não se limitando às práticas discursivas anteriores, Hobbes e outros de seus contemporâneos articulam o Estado e suas características mobilizando ainda mais formas de legitimá-lo. Nestes discursos a seguir imaginar o objetivo final dos E. como a união de uma comunidade é o ponto focal, ilustrados por ideias como a garantia de segurança e o bem-comum [*common-wealth*].

Hobbes não interpreta o Estado como uma entidade divina ou como um crescimento autêntico e natural da consciência coletiva; ao invés, o Estado é artificial e depende de um acordo entre homens que garantem a segurança do coletivo e acaba com o medo entre as pessoas. (HOBBS, 2003 [1642], c. V, s. 5, p. 72 apud MANDELBAUM, 2020, p. 79)

Esta argumentação é complementada novamente por Pufendorf ao afirmar que o Estado é de fato *civitas* no que este protege um de vizinhos e atua como pacificador da sociedade. Seu discurso também considera que os homens quando não mediados pelo estado "devorariam uns aos outros" (PUFENDORF, 1991 [1673], l. II, s. V, p. 133 apud MANDELBAUM p. 79) e portanto precisam submeter suas vontades à vontade unificada pelo Estado. A mobilização do Estado pautando seu objetivo final como a *common-wealth*, segundo M. M., também é discernível nos textos de Hugo Grotius. Este se opunha a alguns pontos da concepção do soberano, como seu poder absoluto e.g., e pensava no E. como a *respublica mixta*, uma união de pessoas na qual seu "poder e a autoridade representa o bem-comum [*common-good*]" (MANDELBAUM, 2020, p. 80) mas também o legitimava como uma união perfeita, um 'corpo de homens' congruente. ["*a Body of Men*"] (GROTIUS, 2005 [1625], l. II, c. V, s. XXIII, p. 552 apud MANDELBAUM p. 80). Por fim, o discurso de Vattel igualmente articula os objetivos do E. na união como forma de naturalizar esta ideia e mostrar uma consequência plausível de sua adoção. Entende como uma 'pessoa moral' (VATTEL, 2011 [1758] apud MANDELBAUM, 2020, p. 80) sociedades unidas com o propósito de promover sua mútua segurança e suas vantagens devido à combinação de esforços e nesta sentença equivale o E. a N. utilizando-os como termos intercambiáveis.

Ainda em diálogo com Hobbes ocorrem argumentações que constroem a legitimação do Estado em referência ao seu caráter representativo. Neste modelo a união é expressa na legitimidade das ações do E. seja pela figura do soberano absolutista ou republicano que representa as pessoas e a vontade ao qual se submeteram. Althusius entende que na *respublica* ocorre a incorporação de uma autoridade suprema como representação das pessoas, expressa por agentes do Estado. Para Vattel, na mesma linha, "aquele que detém a autoridade sobre as pessoas e é o responsável pelos assuntos de Estado é o representante de todo o povo" (MANDELBAUM, 2020, p. 81)

Estes discursos sobre o Estado fornecem esquemas narrativos [1] sobre o conceito da autoridade, da finalidade e da representação neste contexto, que como fantasia emergem para resolver os impasses provenientes destas ideias (como, por que, para que, por isso...), seja no

sentido de narrá-los de forma coerente ou de solucionar estas disputas. Ao mesmo tempo informa como nós sabemos que desejamos o Estado (ŽIŽEK, 1997, p. 7) (sabemos porque segundo Hobbes a autoridade será assim, segundo Altusius a sociedade será assado...) e cria como horror a sociedade sem Estado que a própria narrativa se propõe a ocultar (ŽIŽEK, 1997, p. 6). A fantasia de congruência está presente em outros termos; antes emergiu como igual medida de justiça entre o que se submete aos governados e ao que deve cumprir o governante, enquanto agora assume-se a congruência como afirmação da legitimidade e seus indicadores mudam. Mesmo com essa alteração a fantasia apresentada pressupõe a congruência devido ao entendimento do soberano que, por definição, é onde reside o povo (não fosse este o caso talvez a análise da congruência não seria investigação relevante para o nacionalismo) e por esse motivo novamente oculta a si própria. Como narração das relações intersubjetivas [2] o conceito de Estado é como a criança que não pode imaginar o porque da briga dos pais, é ao mesmo tempo catalisador e campo de batalha para diversas concepções sobre variados assuntos serem debatidas, justificadas ou aclamadas. A fantasia fundamental, insistindo na imagem do conceito de E. como esta criança, é forjada com a liga do povo/soberano no formato de um tipo de autoridade, representação ou objetivo cujo encaixe depende da convergência de interesses individuais. Mesmo saindo da análise explícita do Estado é construída uma fantasia que o pressupõe; a teorização passa menos nitidamente pelo caminho da interpretação, pois não se trata de uma avaliação sintomática (não se pretende a descrever como as coisas são) de onde provém um diagnóstico mas de uma (re)construção de como deveria ser o estado antes do Estado que informa este como desejo das pessoas, seja por articular a autoridade agencial homogênea, seu caráter representativo ou seus objetivos finais. A cena do *estado de natureza* segundo Hobbes, por outro lado, implica em uma concepção restrita dos indivíduos como conflitantes e antagônicos ao nível de serem incapazes de formar uma trégua sem a intervenção do Estado, sem o corte na suposta ordem simbólica anterior que inauguraria a vida sob o Estado. A partir deste indivíduo primordial, com o Estado teriam se desenvolvido as pessoas capazes de cooperação, solidariedade e de submeter-se à vontade única da sociedade; ainda que não se remova o pano de fundo da propensão ao conflito e do antagonismo como os principais impulsos. Neste ponto se trata de uma estória construída a partir de um olhar impossível [5] sobre o estado antes da ruína [4] cuja caracterização dos indivíduos primordiais justifica a forma e a medida da autoridade. A congruência entre povo e soberano representa o corte imaginário, a ruína da "perda primordial que permite o sujeito entrar na ordem simbólica" (ŽIŽEK, 1997, p. 17) enquanto o *estado de natureza* novamente remete à castração por ilustrar este momento anterior (mesmo que nunca tenha ocorrido de fato essa perda nem este estado) efetuando um retorno temporal ao momento de

concepção dos indivíduos e é observado pelo sujeito a despeito da impossibilidade; e como se isto fosse possível a narrativa vigora. No âmbito da autoridade homogênea a transgressão [6] no lado dos indivíduos pode ser a mera não submissão da própria vontade, algo como a não-obediência ou versões mais exageradas quiçá enveredando para algum entendimento de desacato, enquanto o inverso para autoridade pode ser representado pelo soberano que desconsidera a vontade única do povo em detrimento da sua própria, também insubmissa. Como gesto vazio [7] espera-se atestar o caráter genuíno dos Estados, para Hobbes também do absolutismo, pela negação desta oferta; faz parecer simples a insurgência que anularia a assimetria de forças entre uma rebelião e o aparato repressor de um Estado, sugere que esse caminho não seja trilhado apesar de representá-lo como fácil, oculta sua dificuldade real e por fim reafirma a legitimidade do Estado pela não ocorrência de manifestações na linha sugerida.

Na legitimação dos objetivos finais do E., também preconizada por Hobbes, a concepção das pessoas como incapazes de se auto-mediarem sem um Estado, que não teriam limites ao antagonismo conflitivo entre elas novamente ordena as tendências individuais. Emergindo para [3] ocultar antagonismos interiores à riqueza comum [*common-wealth*] (como a acumulação perpetuada por parte de eventuais famílias burguesas ou aristocratas, e.g.) com a narrativa de legitimação dos ganhos coletivos a fantasia lança seu olhar impossível [5] fazendo vista grossa à impossibilidade de anular antagonismos. Vislumbra o momento de concepção do sujeito que submeteria a própria vontade em prol do coletivo e reafirma esta necessidade no que conta do horror de não se mediar o ímpeto conflitivo das pessoas, depois da mesma narrativa ter sugerido essas tendências limitadas de comportamento agressivo. O corte simbólico [4] apresentado pela ausência do estado de ruína mitiga a percepção desse como análogo ao paraíso devido ao horror consequente de entender este estado como povoado por criaturas hostis uns aos outros. Entretanto enquanto gesto vazio [7], a negação desta opção, a prova do caráter genuíno do bem-comum depende do horror da concepção limitada dos indivíduos ao mesmo tempo de que depende do sucesso da fantasia em se ocultar. Retornando à castração, sugere-se que a experiência potencial negada é indesejável mais uma vez se apoiando na concepção do horror das vontades primordiais, fazendo residir nessa narrativa ainda outra transgressão: a rejeição dessa concepção. Contudo, a transgressão inerente [6] a esta narrativa pode assumir outras formas inscritas nestes termos, como a discreta não submissão da própria vontade à vontade coletiva, corrupção e acúmulos indevidos ou o soberano na forma de Estado (regras e ou estruturas parciais) intervir como promotor de um lado em disputa ao invés de como mediador.

A justificação do caráter representativo do E. coincide literalmente com as outras argumentações dos mesmos autores portanto tem similaridades inevitáveis. No modelo de Hobbes do Estado seu ideal de unidade é melhor expresso pela representação, a união completa está no sentido da agência do E. (MANDELBAUM, 2020, p. 80) este é quem autoriza. O esquema [1] tem na representação seu elemento central; a partir da figura do representante se estabelecem as relações intersubjetivas [2] com o povo, os indivíduos, a garantia de segurança, o mediador do bem-comum e com a congruência que ainda permeia a noção de Estado-Nação.

O que então podemos entender desses variados discursos sobre o Estado que emergem em práticas medievais tardias e dominam o pensamento no início da modernidade européia? Como é inscrita a fantasia da congruência nesta miríade de teorias de Estado? Primeiramente, como Foucault (2009, p. 276-277) mostra, o Estado se torna um 'prisma-reflexivo', isto é, um sujeito/objeto que envolve várias tecnologias de governança manifestadas e justificadas dentre racionalidades jurídicas, econômicas e políticas. Isto significa que o Estado se torna sua própria referência e é então tanto o meio quanto o objetivo de suas práticas. Diferentemente, o Estado é articulado nessa era como uma ideia que cobre práticas e tecnologias já existentes – portanto já existe – mas nessa invocação do Estado, este se torna seu próprio objetivo – requer mais práticas através das quais será ainda mais aperfeiçoado. (MANDELBAUM, 2020, p. 88)

JOUISSANCE — GOZANDO O ESTADO

Ziarek, elaborando Žižek e Kristaeva, argumenta que "afiliações nacionais não podem se sustentar meramente pelas identificações simbólicas e imaginárias; requerem uma função suplementar de prazer fantasmagórico [*phantasmatic enjoyment*]" o que Stavrakakis entende como limitado (2007, p. 209). Ziarek aponta à noção de *surplus enjoyment* construída por Lacan em diálogo com a noção de mais-valia que seria parte da teoria da fantasia focada no prazer ou gozo excessivo. Mandelbaum também aponta ao mais-gozar¹⁰ como o elemento afetivo (p. 91) da fantasia da congruência que o torna um tema recorrente. Isto, segundo M. M., se dá devido ao estado paradoxal do Estado pois este "está sempre em processo de se tornar e então é sempre mais do que ele mesmo. O conceito de E., portanto, está no mais-gozar." (ŽIŽEK, 2005 apud MANDELBAUM, 2020, p. 90) Embora seja produtivo entender que a Nação enquanto categoria requer uma suplementação da fantasia no seu fundamento, não investigar nos termos da *jouissance*, do gozo, é considerar apenas o aspecto mais básico da reprodução da categoria Nação, persistente até a atualidade.

Aqui fazemos uma virada repentina da análise do Estado para a análise da Nação devido a mudança de foco da fantasia para o gozo. Enquanto a fantasia estrutura como percebemos a realidade o gozo situa como cada um de nós interage com este esquema, que posições te geram cobiça, repulsa, empatia ou outras reações emocionais levando à afiliação, à solidariedade, ao desejo e a ações não restritas à *psiqué*. Análoga à esta distinção é equiparável diferença entre o E. e a N.; o E. é o ponto central da fantasia, qualquer que seja, presente em discursos oficiais e nas teorizações sobre organização política enquanto a N. é o ponto central de identificação mobilizado nestes discursos e teorias. Assim sendo, quando falamos em identificação referente ao E. raramente tratamos de *Estadismo*, este neologismo denota algo a que não se associa com a mesma facilidade a impulsos emocionais do que a palavra em voga para este tipo de identificação: nacionalismo. De outra forma, sendo a identificação centrada mais na noção de Nação do que Estado, mesmo com a congruência inquestionada e os dois conceitos assumidos sinônimos, não usamos meu neologismo para expressar o que entendemos como nacionalismo.

¹⁰ expressão minha

Pesquisas contemporâneas sobre a Nação tendem a enfatizar o caráter construído da identidade nacional: a Nação é primariamente entendida como uma construção político social moderna. Portanto, mais ênfase é posta na produção do nacionalismo que nas condições históricas específicas que condicionam sua reprodução, isto é, na notável continuidade marcando a identificação com Nações. (STAVRAKAKIS, 2007, p. 189)

O foco paradigmático na análise das condições econômicas e estruturais ou na historicidade e contingência das identidades nacionais não explicam suficientemente sua longevidade, a partir do que Stavrakakis descreve sua hipótese: esta longevidade só pode ser indicativa da profundidade que certos vínculos adquiriram com a história, explicáveis pela *jouissance*, pela ideia de gozo de Lacan. Explicar a persistência desta categoria congruente, o Estado-Nação (a que se atribui *in extremis* a frieza calculista do estadista em contraste com a paixão fanática do nacionalista), depende das ideias de fantasia e de gozo, respectivamente no sentido de compor aquilo que seria a expressão ideal do Estado e dos seus representantes quanto de informar como esta expressão afeta as pessoas influenciando seus comportamentos. Diante do pano de fundo da modernidade repetidamente ilustrado por autores como Zygmunt Bauman como 'fluido', 'líquido' (BAUMAN 2000 apud STAVRAKAKIS, 2007, p. 190) e outras conotações para a volatilidade e efemeridade das identificações e das estruturas de identificação, a longevidade do nacionalismo se destaca. Ainda que não se negue o caráter contingente da Nação e do Estado como categorias historicamente produzidas os desenvolvimentos de Lacan da fantasia e do gozo oferecem uma linha ainda pouco explorada na explicação do vínculo com essas categorias que desafiam a norma da fluidez descrita por Bauman e outros (STAVRAKAKIS, 2007, p. 191)

Considerando o Estado como desprovido de um único significado essencial, uma categoria de significante vazio, esta pode ser descrita, justificada, legitimada e narrada de múltiplas formas, de modo a sempre se acrescer em significados e permanecer aberta a novos. Como tal a abertura remete a possibilidade de mudança e o vazio a impossibilidade de completo recheio dos significados deste conceito, sendo condição de possibilidade para a construção de identidade "manejar a aparência e o semblante de uma identidade completa através de discursos que expliquem e ou escondam a falta de completude ou estofamento desta identidade" (STAVRAKAKIS, 2007, p. 195). Não seria este manejo, portanto, compatível com as diversas operações da fantasia, descritas anteriormente? Compatível com o esquema narrativo que se assemelha a uma noção total, intrinsecamente intersubjetivo, oclusivo, assim como foi descrita a fantasia? Então, "como resultado a identificação deve ser entendida operante em ambos esses campos interrelacionados: representação/estruturação discursiva e *jouissance*" (STAVRAKAKIS, 2007, p. 195) respectivamente, a fantasia e as reações que estas geram nas pessoas.

Assim sendo, incorporando a perspectiva de Lacan "para fazer sentido de forma coerente e efetiva da identificação é necessário redirecionar o foco da dimensão formal para a substantiva/afetiva, do simbólico ao prazer" (STAVRAKAKIS, 2007, p. 199) redirecionamento que significa no avanço para além da descrição da fantasia do Estado (o simbólico), partir à análise de gozar a identidade nacional (a dimensão afetiva). Nesse ponto de vista, a persistência desta forma de organização, da estrutura simbólica do Estado deve ser entendida como consequência dos elos afetivos que fundamentam a identidade nacional; a força desta identidade não pode ser atribuída somente à posição estrutural privilegiada da Nação, ou qualquer outro significante, pois a mobilização de recursos simbólicos deve ser acoplada com investimento afetivo para que a identificação emerja. (STAVRAKAKIS, 2007, p. 200)

Por fim, algumas considerações ainda restam. "O que da consistência à construção discursiva da nação é uma fantasia prometendo o encontro com a completude do prazer localizado/projetado nas raízes da história nacional." (p. 204) Fantasia (re)produzida constantemente na educação, nos mitos, nas práticas e com o fundamento da congruência, seja como momento perdido ou destino manifesto. "Este imaginário fantasioso promete prazer em determinadas práticas não oficiais (rituais familiares cotidianos, costumes, preferências culinárias e tradições)" pois é sempre por meio dessa "dialética entre ideais oficialmente sancionados (*jouissance* vislumbrada) e práticas majoritariamente não oficiais (encontros parciais com a *jouissance* do corpo) que se estrutura uma identificação nacional efetiva." (STAVRAKAKIS, 2007, p. 204) Essa dialética, entretanto, não é nunca suficiente, "a parcialidade desse segundo tipo de prazer ameaça revelar o caráter ilusório das fantasias nacionais" e a "credibilidade da nação como objeto de identificação depende da habilidade do discurso nacionalista em providenciar uma explicação crível à falta de prazer total" (p. 204). Da mesma forma, a credibilidade do Estado-Nação como objeto de identificação do nacionalismo, ainda que do metodológico, depende da habilidade do discurso da congruência em explicar a falta de si.

CONCLUSÃO

O Estado como conceito de significante vazio, lido como prisma discursivo no qual se projetam inúmeros significados parciais é constantemente rearticulado (mesmo que marginalmente) nos canais oficiais de comunicação, na educação, nas leis, nos ritos solenes dos exércitos, dos representantes públicos e governantes eleitos assim como, principalmente, nas teorias de Estado e do Internacional. Desta forma, são expressões do simbólico que ora o constroem (nos ritos discursivos) e ora o interpretam (nas análises teóricas) mas sempre estão relacionados à fantasia ou podem ser relacionados à ela. Com essa ponte entra no alcance uma análise que considere em mais detalhes as paixões individuais (mesmo que não muito intensas) que mobilizam as pessoas a se relacionarem com a ideia do Estado e da Nação. Ao Estado foram atribuídos séculos de centralidade nas análises políticas, e mesmo que este conceito carregasse sempre o outro lado da Nação, assumiu-se a congruência entre eles e dela emanaram as fantasias que hoje envolvem ambos os conceitos.

O gozo total do estado pré-simbólico para a psicanálise é constitutivo ao entendimento das pessoas, em cada caso sendo encaixado com fatores pessoais que ajustam os termos universais de Freud e Lacan às experiências próprias daquele sujeito. As teorias do Estado se estruturaram de forma análoga e, mediante rearranjo, são compatíveis a mesma estrutura analítica permitindo a permutação de categorias das RI com as da psicanálise.

Em Lacan, a emergência do desejo é primariamente relacionada ao processo de castração simbólica: desejo pressupõe o sacrifício de um gozar *qua* completude, que é proibido ao que se entra no mundo social de representação simbólica. É somente por sacrificar este gozo pré-simbólico que o sujeito social pode desenvolver desejo (incluindo o desejo de identificação com projetos políticos particulares, ideologias e discursos). É a promessa imaginária de recapturação do nosso prazer impossível perdido que providencia, acima de tudo, o apoio da fantasia às diversas decisões e projetos políticos. (STAVRAKAKIS, 2007, p. 196)

A ilustração da castração simbólica é, segundo Žižek, feita pela fantasia enquanto narrativa, (p. 17) ou seja, na medida em que uma narrativa monta uma cena com símbolos equiparáveis aos símbolos da castração apontar a estes símbolos é apontar a fantasia, ao caráter fantasmagórico que espreita o que é dito. Se por muito foram repetidas as concepções modernas do Estado e da Nação comparativamente é quase nula a participação neste debate das variáveis explicativas características da fantasia.

Na tradição destes estudos, Hobbes é um caso emblemático. Suas teorias por um lado definem até hoje particularidades relevantes da autoridade e outras instâncias da soberania, mas por outro lado, também implicam em uma concepção restrita dos indivíduos perpetuada pelo cânone das teorias políticas e pela resistência deste em reformulá-la. A persistência do nacionalismo como

estrutura simbólica de identificação e a inconsistência da construção formal no preencher de seu próprio vazio põe em xeque a justificação das formalidades como causadoras da longevidade. No ponto de vista de Lacan, a mera possibilidade de uma "concepção puramente cívica (acultural) do nacionalismo – que um E-N pode ser baseado numa ideia, que pode florescer no sentido político puro, que pode ser mantido unido por seus documentos constitucionais e instituições democráticas" (JUSDANIS, 2001, p. 10 apud STAVRAKAKIS, 2007 p. 207) precisa ser questionada considerando a longevidade deste conceito e o papel do gozar desta identificação e em contraste com a efemeridade de outros pontos de identificação.

O paradoxo é assim composto: mesmo que social e politicamente condicionado, vínculos nacionais funcionam como fundação inabalável que resiste à fluidez. (STAVRAKAKIS, 2007, p. 191) Entendido que esta fundação é na fantasia e que a ela nos relacionamos nos termos do gozar, resta talvez atravessar a fantasia. Perante sua estrutura, a noção de que a própria fantasia oculta a inexistência de uma essência do Outro, de uma essência do Estado, precisa ser levada a consequência da rejeição de qualquer essência proposta ou de qualquer pretensa busca por, de forma que entendamos ou procuremos entender como este significante de tão vazio tanto nos afeta.

REFERÊNCIAS

DOTY, Roxanne. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 37, n. 3, p. 297-320, set. 1993.

EBERLE, Yakub. Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics. **Journal of International Relations and Development**, Londres, v. 22, n. 4, p. 1-26, 2017.

MANDELBAUM, Moran. **The Nation/State Fantasy**. A Psychoanalytical Genealogy of Nationalism. Londres: Palgrave MacMillan, 2020.

STAVRAKAKIS, Yannis. **The Lacanian Left: Psychoanalysis, Theory, Politics**. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2007

ŽIŽEK, Slavoj. **O Absoluto frágil**. ou Por que vale a pena lutar pelo legado cristão?. São Paulo: Boitempo, 2015

ŽIŽEK, Slavoj. **The Plague of Fantasies**. Londres: Verso, 1997